



João Tamagnini de Sousa Barbosa e a Primeira República Portuguesa

FERNANDO MENDONÇA FAVA*

INTRODUÇÃO

Por este ano de 2011, até 5 de Outubro, continuam a decorrer, em Portugal, as comemorações do Centenário da República, instaurada, como se sabe, com a queda da Monarquia Constitucional em 5 de Outubro de 1910. Ora, precisamente em 2011, perfazem-se, igualmente, cem anos que o regime republicano foi fundado nesse imenso país que é a China. E os paralelismos e interacções entre os dois fenómenos sociais não se ficam por aqui; lembremos um pouco que o denominado pai da República Chinesa encontrou no então Macau português, e republicano, todo o apoio para a sua causa e para a sua luta. O facto

aparece documentado em carta de agradecimento, datada de 23 de Junho de 1916 e escrita, num francês irrepreensível, pelo próprio punho de Sun Yat Sen 孫逸仙 ao governador José Carlos da Maia, ele próprio um dos celebrados heróis da revolução republicana portuguesa.

Mas, a história do grande país da Ásia, e muito especialmente a história de Macau, cruza-se em muitos mais outros pontos com a história da pequena nação da ponta ocidental da Europa. No âmbito desta realidade, propomo-nos trazer aqui um curto esboço biográfico de uma personalidade que, nascida justamente naquele território do sul da China, teve, no contexto histórico da denominada Primeira República Portuguesa, uma importância e um protagonismo, a todos os títulos assinaláveis.

Falamos do macaense João Tamagnini de Sousa Barbosa, de quem, e em breve exposição, daremos nota de um percurso de vida, das suas convicções ideológicas, da sua carreira militar e profissional, mas sobretudo abordaremos o *homo politicus*, porque é essa faceta a que mais se prende a esse período conturbado, porém historicamente rico, que foi a República Portuguesa, oferecendo-se-nos assim, e em contextualização, o ensejo de a retratar.

BREVES NOTAS BIOGRÁFICAS

A 30 de Dezembro do ano de 1883, nasceu, em Macau, João Tamagnini de Sousa Barbosa, filho do conselheiro e inspector-geral da Fazenda do Ultramar, Artur Tamagnini da Mota Barbosa, e de sua esposa, D. Fátima Carolina Correia Barbosa. Seu irmão mais velho, Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, nascido em Lisboa, foi governador-geral do território macaense por três períodos distintos: 1918 a 1919; 1926 a 1931; e 1937 a 1940.

João Tamagnini ou Tamagnini Barbosa, nome porque ficou mais conhecido, fez os seus primeiros estudos no Colégio Jesuíta de Macau, indo depois para Lisboa onde frequentou a Escola do Exército e a Escola Politécnica de Lisboa, graduando-se em engenharia militar. Militar de carreira e engenheiro, desempenhou, enquanto tal, importante papel em Moçambique, chegando ao elevado cargo de director dos Portos e Caminhos de Ferro. Naquela antiga colónia portuguesa foi ainda presidente das Câmaras Municipais de Lourenço Marques e de Inhambane.

* Mestre em História Contemporânea de Portugal; investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra.

M.A. in Portuguese Contemporary History; researcher at Coimbra's University Centre for 20th Century Interdisciplinary Studies.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – II

PERCURSO POLÍTICO

Acerca do seu percurso político, vemos que, após o advento da República em Portugal, o então tenente Tamagnini Barbosa militou no Centro Republicano Radical Português e por este grupúsculo partidário se candidatou, como deputado, às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas a 28 de Maio desse mesmo ano de 1911. Data igualmente de 1911 a sua adesão à Maçonaria, com o nome simbólico de Wagner, ocorrendo a iniciação na loja Pátria e Liberdade, de Lisboa.

O Centro Radical Republicano, fundado a 14 de Maio de 1911, agrupava, em torno de um compromisso programático, republicanos federalistas, socialistas independentes e personalidades republicanas dissidentes do Partido Republicano Português, onde predominavam o peso político e o prestígio de Afonso Costa.¹ Com um programa e uma linguagem ostensivamente revolucionários, os republicanos radicais pretendiam o afastamento e/ou neutralização total de monárquicos e católicos, procurando assim a criação de uma República integral e progressivamente socializante, tudo consubstanciado num discurso que era dirigido aos estratos sociais mais populares e evado da presunção de educar politicamente o proletariado. Um tal projecto, já pelo extremismo das suas propostas, já pelo anti-democratismo (obstinada oposição ao Partido Democrático de Afonso Costa) de que era portador, dificilmente encontraria eco na sociedade portuguesa de então, razão pela qual foi praticamente inexistente a sua expressão eleitoral. Veremos posteriormente estes revolucionários radicais a envolverem-se directamente na tentativa revolucionária de 27 de Abril de 1913 contra o primeiro governo monopartidário de Afonso Costa. O falhanço estrondoso dessa revolta ditou o fim do Partido Republicano Radical Português (o movimento havia-se transformado em partido em Outubro de 1911) que desapareceu da cena política portuguesa a partir desse acontecimento.

Entretanto, Tamagnini Barbosa filia-se no Partido Republicano Evolucionista, fundado em Fevereiro de 1912 em torno da figura de António José de Almeida² e dos seus mais directos acompanhantes. Ocupando uma posição de centro-direita no espectro político republicano, o Partido Evolucionista pretendia sobretudo destacar-se das teses e medidas mais radicais defendidas pelo Partido Democrático de Afonso

Costa. Neste sentido recusa o radicalismo anti-clerical, propõe amnistias a monárquicos e sindicalistas acusados de crimes contra o regime e advoga, enfim, uma aproximação dos portugueses em torno de ideais patrióticos, designadamente o apreço e respeito pela Constituição Republicana de 1911.

No âmbito da prossecução da sua carreira política, em Janeiro de 1916, Tamagnini é proclamado deputado por Moçambique e, nessa qualidade, toma assento na Câmara do Parlamento. No exercício destas funções, usou, naturalmente, da sua condição de pessoa conhecedora da realidade Moçambique para actuar em defesa do que inculcava serem os interesses legítimos daquela colónia. Nesse mesmo sentido, tentou influenciar positivamente orçamentos e empréstimos monetários e desburocratizar planos e acções, bastas vezes considerando o Ministério das Colónias um entrave ao que reputava ser o desejável e possível desenvolvimento económico, administrativo e social de Moçambique. Por outro lado, como oficial do Exército, actuou no sentido de chamar a atenção da Câmara para várias questões que considerava como insuficiências no funcionamento da instituição militar, mormente aspectos que se prendiam com a reorganização do Exército e com a carreira dos respectivos oficiais e sargentos. Eram assuntos de subida importância, justo num tempo de vigência do conflito mundial que veio a ficar historicamente conhecido por *Primeira Guerra Mundial* ou *Grande Guerra*. Lembre-se que, no contexto desta guerra, Portugal teve de actuar militarmente em várias frentes: primeiramente nas suas colónias (Angola e Moçambique) e depois também no *front* europeu, com a chegada à Flandres do primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português (CEP) em Fevereiro de 1917.

Ainda quanto à actividade parlamentar de Tamagnini Barbosa, foi notável a empenhada defesa que fez, na arena parlamentar, do comandante Carlos da Maia, governador de Macau de 1914 a 1916. Este, um dos heróis da República, por actos de bravura cometidos durante a Revolução de 5 de Outubro de 1910, era agora acusado de, enquanto no exercício do cargo de governador de Macau, ter feito uma gestão danosa dos negócios e interesses do território.

As acusações, feitas no Parlamento, em 1916-1917, pelo deputado por Macau, Francisco Velhinho Correia, versavam um conjunto vasto de assuntos respeitantes à administração de Carlos da Maia.³

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – II

A objecção e contra-argumentação em defesa do governador foram protagonizadas pelos deputados Tamagnini Barbosa e Vasconcelos e Sá, ocupando-se Tamagnini da questão das obras do porto de Macau. Logo no início da sua primeira intervenção sobre o assunto, em 28 de Maio de 1917, declarou que desejava entrar no debate porque o mesmo dizia respeito a Macau, terra da sua naturalidade, mas que, com referência ao rol de acusações feitas a Carlos da Maia, iria cingir-se tão-somente às que se relacionavam com as obras do porto de mar daquele território sob administração portuguesa. De notar que estas obras envolviam dragagens de desassoreamento e construção dos cais de acostagem, molhes e diques, tudo visando permitir a cabotagem com os portos de Hong Kong, Cantão e rio de Oeste e a navegação de navios de maior tonelagem para outros destinos como Singapura, Batávia, Manila, Xangai, bem ainda como a navegação de embarcações que, além das actividades comerciais, mantinham um significativo transporte de passageiros de e para as povoações do delta de Cantão.

No tocante a este ponto das obras do porto de Macau, consideradas como gritantemente necessárias, as imputações de má gestão feitas ao governo de Carlos da Maia cingiam-se ao seguinte:

1. Havendo um projecto de obras aprovado superiormente pelo Ministério das Colónias,⁴ no qual se recomendava a empreitada geral como método de execução mais rápido, mais económico e mais eficiente, o governador Maia acabara por ignorar a recomendação e por fazer as referidas obras por administração directa, contra a indicação de opiniões mais autorizadas e com prejuízo para a Fazenda Nacional.

2. Tendo sido aberto concurso público para o fornecimento de uma draga, foi esse concurso ganho por uma firma japonesa, a *Osaka Iron Works*. Todavia, o governador resolvera comprar a draga em Singapura, aí adquirindo também batelões, rebocadores, vagões, rails e locomotivas, tudo material já usado. Para a compra de tal equipamento não foi pedida a necessária autorização ao Ministério das Colónias. No entender do deputado Velhinho Correia, a aquisição revelara-se ruinosa, posto que a draga, baptizada com o nome *Carlos da Maia*, se encontrava “cansada e velha”, estando mais tempo parada que a funcionar.

3. Em tudo o mais, designadamente movimentos de terras, construção de muros e instalação de ferrovias, as obras tinham seguido de forma atabalhoada e

sem respeito pelo projecto inicial, muito embora as informações do governador Maia para o Ministério das Colónias fossem sempre de que o projecto estava a ser respeitado.

4. Também do ponto de vista administrativo, a situação se mostrava altamente irregular, com ausência de orçamentos prévios, planos, relatórios e contabilidade adequada e organizada.

Usando dos seus conhecimentos teóricos e práticos sobre construções e beneficiações de portos de mar, Tamagnini Barbosa dispôs-se a dar réplica a este conjunto de questões. Obviamente que nesta contenda não estava arredado o factor político-partidário, factor esse que não deixava de pautar a visão dos contendores. Pela leitura das actas das sessões parlamentares que se seguiram pode ver-se que se, de todo, não conseguiu Tamagnini Barbosa desmontar e provar como improcedente o vasto libelo acusatório empreendido por Velhinho Correia, a verdade é que esvaziou de sentido o conteúdo de muitas dessas acusações. Não houve uma tréplica porque, entretanto, Velhinho Correia, também ele oficial do exército, embarcou para o teatro de guerra, na Flandres. O assunto acabou por ficar relegado para um relativo esquecimento, até porque ao momento existiam questões muito graves para resolver, exigindo todas as atenções da governação e do parlamento.

O problema da guerra e a ida de militares portugueses para a frente de batalha, na Europa, constituiu-se como uma questão altamente fracturante no seio da sociedade portuguesa. Após a declaração de guerra a Portugal feita pela Alemanha, na sequência do confisco, pelas autoridades portuguesas, de todos os barcos alemães surtos em portos sob administração lusa, o Congresso da República, reunido a 10 de Março de 1916, proclamou o estado de guerra em todo o território português. Daí nasceu o ministério chamado de *União Sagrada*, à semelhança do que havia acontecido em França com a formação da *Union Sacrée*. Só que em Portugal a União Sagrada não foi além de um acordo entre o Partido Democrático de Afonso Costa e o Partido Evolucionista de António José de Almeida. Os outros partidos e agrupamentos políticos – Partido da União Republicana, o Partido Socialista, a Liga de Amigos de Machado Santos,⁵ também conhecida por Centro Reformista ou Partido Reformista – mostraram-se indisponíveis para a formação de um ministério republicano mais alargado, apesar

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – II



dos esforços feitos nesse sentido pelo Presidente da República, Bernardino Machado. Tudo isso se passava num país profundamente dividido entre “guerristas” e “antiguerristas”, querendo as expressões significar os que eram a favor da participação portuguesa directamente no conflito e os que eram contra tal participação.

Nessas condições, a União Sagrada, embora formada pelos dois principais partidos republicanos, com António José de Almeida na chefia do Executivo e Afonso Costa na pasta das Finanças, esteve muito longe de assumir os contornos de um efectivo pacto de regime, como se pretendia, e de atingir os objectivos a que inicialmente se propunha, ou seja, unir a família republicana portuguesa em torno de uma questão considerada eminentemente patriótica, a qual era a da entrada de Portugal na guerra. Só com essa entrada, argumentavam os “guerristas”, o país poderia conservar o seu património colonial e, no fim do conflito, sentar-se, de pleno direito e ao lado dos vencedores, à mesa das negociações para exigir indemnizações de guerra.

Mas, mesmo entre os evolucionistas, começaram a surgir sérias dúvidas acerca da eficácia e das possibilidades de êxito de um governo que não conseguira obter um consenso político mais alargado. E das dúvidas passaram às críticas, com a formação, dentro do partido, de uma facção capitaneada pelo professor de medicina da Universidade de Lisboa e futuro Prémio Nobel de Medicina, António Caetano Egas Moniz.⁶ A breve trecho, cairia o próprio Governo, na verdade a 25 de Abril de 1917; havia exercido o poder desde 15 de Março de 1916, por conseguinte, por um ano e quarenta dias.

Entrementes, a facção dissidente que se desenhava no interior do Partido Evolucionista vem a formar, no segundo semestre de 1917, o Partido Centrista, partido que se assume como republicano, liberal e moderado. O seu chefe incontestado é Egas Moniz e do rol de importantes personalidades que compõem o seu Directório figura o nome do então capitão João Tamagnini de Sousa Barbosa.⁷ No seu programa, divulgado a 20 de Outubro de 1917, está implícita a ideia e a pretensão de o partido se tornar no centro aglutinador de todas as forças políticas do conservadorismo republicano. Na verdade, estamos em presença da primeira tentativa de formar, na ala direita do republicanismo, um grande partido que

Machado Santos.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – II

pudesse disputar os pleitos eleitorais com o Partido Democrático, retirando a este a tradicional hegemonia que, neste campo, registava. Não deixava este de ser um objectivo ambicioso, que fará escola, mas que jamais obterá sucesso. Com efeito, de 1919 a 1926, novos esforços surgirão, novos ensaios serão feitos, porém um divisionismo, que se tornará histórico, impedirá, invariavelmente, o surgimento do sonhado grande partido da direita republicana. Neste contexto, o Partido Democrático, herdeiro natural das estruturas do velho Partido Republicano Português e detentor de uma rede bem organizada de cabos eleitorais, ganhará todas as idas às urnas, com excepção de uma, a 10 de Julho de 1921, em que a vitória será obtida pelo Partido Liberal, resultante este de uma fusão, nos finais de 1919, entre evolucionistas, unionistas e centristas.

Caído, como se disse, o Governo da União Sagrada, constitui-se novo ministério, presidido pelo líder do Partido Democrático, Afonso Costa. Mas eram inúmeras as dificuldades que a acção governativa tinha de enfrentar. Em boa verdade, pode afirmar-se que existiam duas frentes: a externa e a interna. A externa, envolvendo o problema da guerra e todo o cortejo de desgraças daí decorrentes: mortos, feridos, estropiados, desaparecidos; a interna, onde a complicação maior era a das subsistências, aí se filiando uma esteira longa de males: falta de géneros alimentícios, de produtos energéticos, recusa das comunidades rurais em fornecer produtos da terra a Lisboa, alta continuada de preços, contrabandos, açambarcamentos, mercado negro, novo-riquismo. Mas também não faltavam, nesta frente, adversidades de outra natureza, tais como agitação no interior das forças armadas e acções de propaganda de minorias politicamente organizadas visando a desacreditação e queda do governo. Em Maio de 1917 rebentou em Lisboa a famosa *Revolução da Batata* – uma semana inteira em que o proletariado lisboeta saqueou armazéns e lojas de víveres, padarias, mercearias. Decretada a lei marcial, os assaltantes enfrentaram as forças da ordem – Exército, GNR, Guarda Fiscal e Polícia – em lutas que, de acordo com os jornais da época, se saldaram por quatro dezenas de mortos, cerca de 120 feridos e 500 prisões. Deslustrava-se a imagem de Afonso Costa e eram constantes os boatos de golpe de estado. No interior do Partido Democrático começavam a instalar-se desinteligências graves.

Em Novembro, Afonso Costa ausentou-se para Paris, para participar numa conferência promovida

pelos aliados. Decerto não por acaso, a conspiração, que há muito vinha fervilhando, pôs-se mais activamente em marcha.

O projecto sedicioso envolvia unionistas, centristas, os reformistas de Machado Santos, alguns sindicalistas, monárquicos, católicos e, no sector militar, sargentos e oficiais de baixa patente que se opunham mais determinadamente à ida para frente de guerra na Europa. À cabeça de toda esta envolvência aparecia uma personagem politicamente desconhecida, de seu nome Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais. Major de artilharia e lente coimbrão de matemática, fora, até Março de 1916, ministro plenipotenciário de Portugal em Berlim. Politicamente próximo da União Republicana de Brito Camacho, conspirara contra a União Sagrada e contra o intervencionismo. Nesse afã, frequentara as reuniões feitas na sede do jornal *A Luta* e na Farmácia Durão, sita no Chiado, juntando-se ao comité revolucionário em que pontificavam nomes como Alves Roçadas, Vicente Ferreira, Vasconcelos e Sá e Tamagnini Barbosa. Tentava agora assumir o papel de chefe e de guia de todos os descontentes.

Dispondo de todos estes empenhos e de apoios financeiros dados à causa pela alta burguesia e por grandes proprietários agrícolas, o movimento anti-afonsista e antiguerrista conseguiu a adesão de algumas unidades militares da guarnição de Lisboa. As forças revoltosas, assim constituídas, saíram à rua ao anoitecer do dia 5 de Dezembro de 1917, assentando arraiais no alto do Parque Eduardo VII. A resposta governamental foi fraca, própria de um executivo débil e, ao momento, privado do seu chefe, Afonso Costa. O desânimo e a desorientação instalados no Governo sob presidência interina do ministro da Guerra, major Norton de Matos, acabaram por oferecer a vitória aos revoltosos.

Ironicamente, tudo isto se passa num tempo em que Afonso Costa acreditava que tinha resolvido os problemas do abastecimento em Portugal. De facto, o hábil estadista, na sua reunião e negociação com os outros líderes aliados, havia conseguido a abertura de linhas de crédito, nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha, que possibilitariam a compra do trigo e do carvão de que o país necessitava, até um ano depois do, já então esperado, fim da guerra.⁸

O certo é que o movimento dezembrista⁹ chegara ao poder por via revolucionária e aí se conservaria por um ano, até Dezembro de 1918. O chefe incontestado era Sidónio Pais. Dos diversos governos que se

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – II



PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – II

sucederam fez sempre parte Tamagnini Barbosa: de Dezembro de 1917 até 11 de Maio de 1918, como ministro das Colónias; em 11 de Maio de 1918, assume a pasta da Guerra; quatro dias depois, a 15 de Maio, face ao ordenamento jurídico do regime presidencialista de Sidónio, todos os ministros passam a secretários de Estado, passando Tamagnini Barbosa a estar à frente da influente Secretaria de Estado do Interior; em 9 de Outubro, Tamagnini transita para a chefia da Secretaria de Estado das Finanças.

A República Nova, expressão tão de agrado de Sidónio para designar o regime de que se assumia como principal mentor, foi, por todo o seu tempo, um agrupamento heteróclito, onde conviveram (mal) diversas sensibilidades do conservadorismo republicano, mas onde também tinham assento, por vezes relevante, monárquicos e católicos. O cimento forte que os unia era o ódio a Afonso Costa e à política belicista do Partido Democrático, duas razões que vieram a constituir-se, afinal, como lemes principais da governação. Esta foi sendo feita sem programa político, com recurso a medidas avulsas, ditadas por necessidades pontuais. Daí resultou uma imensa produção de Decretos de iniciativa governamental (quase dois mil num ano), face a uma total ou quase total inoperância de um Parlamento que só formalmente existia. A breve trecho, o “Presidente-Rei”, como lhe chamou Fernando Pessoa, viu as estruturas de chefia do seu Estado e da sua governação serem abandonadas pelos republicanos que, de início, o haviam apoiado. Rodeou-se, então, de monárquicos e passou a cultivar cuidadosamente a sua relação com as camadas populares, visando por essa via manter-se no poder. Assim, sempre envergando a sua vistosa farda, recamada de estrelas, voltou-se para digressões pelo país que envolviam banhos de multidão, para uma presença constante em paradas militares, visitas a centros de assistência à pobreza e a hospitais e participação activa em cerimónias religiosas, em que o irmão Carlyle (nome maçónico de Sidónio Pais), ajoelhando-se nas igrejas, adoptava uma postura mística que tanto fascinava as senhoras.

Como atrás vimos, Sidónio havia hipotecado, logo desde início, a sua revolução aos interesses dos grandes agrários e da alta burguesia. Não podia governar

contra eles e, assim sendo, num contexto de impossível conciliação entre empregados e empregadores, teve de governar contra os direitos e as expectativas dos trabalhadores, sobretudo trabalhadores rurais e das fábricas, justo aqueles que o tinham apoiado, cansados das condições de vida ao tempo do governo de Afonso Costa. A contradição saiu-lhes cara, dado que, no imediato e mau grado as promessas iniciais, as suas reivindicações e lutas começaram a ser objecto de feroz repressão. Em Outubro de 1918, a União Operária Nacional (UON) convocou uma greve geral, que teve enorme efectivação e impacto em Lisboa e no Alentejo. A resposta por parte das polícias foi violentíssima e desproporcionada, espalhando o terror pelos campos do Baixo Alentejo.

A morte de Sidónio Pais, assassinado a tiro na estação do Rossio a 14 de Dezembro de 1918, precisamente por um representante desses trabalhadores rurais que ele tinha ludibriado e perseguido, não pode deixar de ser entendida como o reflexo natural da política insensata e imprudente que empreendeu. Circunstância que mais tarde, o poeta Guerra Junqueiro retrataria, em entrevista a um jornal, onde, com fina ironia, qualificou Sidónio Pais de “Fabricante de Tragédias”.¹⁰

Morto Sidónio Pais, segue-se uma situação política e social extremamente confusa. A assunção, por parte do elenco governamental, do pleno exercício dos poderes executivos e a eleição de um novo Presidente da República foram actos realizados nos termos da Constituição de 1911, então reposta em vigor. Com isso se fazia letra morta dos rudimentos constitucionais sidonistas, os quais não conferiam ao Congresso da República poderes electivos. E, no entanto, foi este mesmo órgão que, a 16 de Dezembro de 1918, elegeu para a Presidência da República o vice-almirante João do Canto e Castro Silva Antunes,¹¹ um monárquico que desempenhava o cargo de secretário de Estado da Marinha, desde Outubro desse ano. Note-se, a este propósito da eleição de um Presidente da República em circunstâncias tão especiais, que o convite, formulado por colectivo governamental (detentor do poder) foi primeiramente endereçado a Tamagnini Barbosa, que recusou com a alegação de se sentir ainda muito novo para um cargo que considerava ser de fim de carreira política.

Não se dispondo a ser Chefe de Estado, foi, no entanto, Chefe de Governo porque para tanto o

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – II



Henrique Mitchell de Paiva Couceiro.

convidou o Presidente Canto e Castro, com indicação expressa de formar ministério. Tamagnini assim o fez, recorrendo, em boa parte, a elementos do anterior executivo. De acordo com disposições governamentais então tomadas, ficavam também repostas a figuras institucionais do presidente de ministério, bem assim como as dos ministros (recorde-se que em tempo de Sidónio Pais, após a sua eleição para Presidente da República, os ministros haviam passado a secretários de Estado).

Agitavam-se, porém, os militares, organizados nos chamados *Núcleos de Guarnição* e depois nas proclamadas *Juntas Militares*.¹² Os Núcleos tinham surgido, ainda em tempo de Sidónio Pais, como mais uma consequência da sua desatinada política de se rodear de monárquicos, provendo com estes as chefias e os mais altos e estratégicos cargos do sector militar. O resultado foi o aparecimento dum exército fortemente politizado e extremado em duas facções principais: de um lado, uma oficialidade monarcófila que se havia mostrado fortemente antiguerrista e que temia o avanço dos democráticos (que apelidavam de “seita demagógica”); do outro, oficiais de fundadas

convicções republicanas, que viam, com fundamento, nas acções e movimentações dos primeiros, o perigo de uma tentativa de restauração monárquica.

Na verdade, em articulação com alguns dirigentes monárquicos,¹³ mais ligados a Paiva Couceiro,¹⁴ o verdadeiro e superior objectivo das Juntas Militares era a restauração da monarquia em Portugal. Ao momento, mostravam apenas os seus intentos de tomar conta da situação política, intervindo nas composições governamentais ou promovendo a formação de um governo militar que “jugulasse de vez a fúria revolucionária”.¹⁵ Num primeiro ensaio de força, e sob o pretexto de desconfiança política quanto a algumas personalidades governamentais como Egas Moniz e Afonso de Melo,¹⁶ saíram de quartéis na madrugada de 24 de Dezembro de 1918 os regimentos de cavalaria de Lisboa, acompanhados por elementos das baterias de Queluz e por alunos da Escola de Guerra. Sob o comando do general Jaime de Castro foram acampar no Parque Eduardo VII, de onde enviaram delegados a conferenciar em Belém com Canto e Castro e com Tamagnini Barbosa. Da conferência resultou que continuaria em funções o governo de Tamagnini, tal como estava constituído, aguardando-se melhor oportunidade para introduzir alterações que, de alguma forma, satisfizessem as pretensões das *Juntas Militares*. Após estas conversações, os sublevados, sob a inclemência duma chuva contínua que se fazia sentir, levantaram arraiais e retiraram para Queluz.

Para Canto e Castro e Tamagnini Barbosa que, a todo o transe, queriam evitar derramamentos de sangue, a retirada dos militares constituía uma pequena vitória, uma vez que não só não houvera confrontos, como ainda no difícil plano negocial haviam ganho tempo, não se obrigando, pelo menos no imediato, a satisfazer qualquer das reivindicações das Juntas. De resto, o movimento golpista era condenado publicamente por muitos sectores e membros das Forças Armadas e pela quase totalidade da imprensa. Junto da opinião pública lisboeta, e duma forma geral em todo o país, as Juntas não gozavam de apoios, bem pelo contrário, eram vigorosamente verberadas. Contudo, ainda nessa manhã de 24 de Dezembro, os insurrectos fizeram chegar a Tamagnini Barbosa uma comunicação na qual colocavam uma série de condições para uma retirada definitiva para os quartéis. Designadamente, pretendiam a queda do Ministério e a constituição de outro, integrando pessoas por si

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – II

indicadas, e reclamavam ainda a prerrogativa de serem eles (militares) a escolher os comandos para os corpos de tropas do país. Tamagnini de imediato taxou as reivindicações de inaceitáveis.

A guerra civil, opondo realistas a republicanos, avizinhava-se, perigosamente. Porém, na sequência de esforços mediados por Canto e Castro e por Tamagnini Barbosa, o Governo e as Juntas chegaram aparentemente a um entendimento, à luz do qual se procedeu a uma recomposição ministerial que afeiçoava o Executivo um pouco mais às exigências dos militares. Apresentado no Parlamento a 9 de Janeiro, o novo Governo mereceu críticas da parte dos vários grupos parlamentares, com excepção da minoria católica, sendo Tamagnini acusado de andar às ordens das Juntas. No Senado, também Machado Santos não se eximiu a proferir opiniões cáusticas quanto à actuação do Chefe do Executivo, chamando-lhe “comerciante de secos e molhados”.¹⁷ Em todo o caso, o remodelado Governo não foi inviabilizado pelas Câmaras do Parlamento.

Todavia, as cedências feitas aos monárquicos das Juntas Militares tiveram o efeito de exaltarem os ânimos dos republicanos. Não tardou muito para que essa exaltação desse lugar a uma revolta republicana com epicentro em Santarém e com focos de rebelião em Lisboa e na Covilhã. As tropas enviadas pelo Governo dominaram as insurreições em pouco tempo e sem dificuldades de maior, excepção feita para Santarém que continuava a resistir. Da cidade, o comandante das forças amotinadas, coronel Jaime de Figueiredo, enviou ao Presidente da República um telegrama, reconhecendo a sua autoridade de Chefe de Estado e justificando a revolta como um meio para libertar o país e os órgãos de soberania da coacção das Juntas Militares. No documento, propõe a organização de um governo “retintamente republicano”.¹⁸ Decidido a não contemporizar, o Governo fez deslocar tropas de Lisboa, do Alentejo e de Coimbra, pondo cerco a Santarém. A estas tropas juntaram-se outras, vindas do norte, enviadas pela Junta Militar e comandadas pelo coronel Silva Ramos, acto que, decerto, obedeceu à dúplici intencção de, por um lado, combater os republicanos (inimigos de sempre) e, por outro lado, afirmar a ideia da existência da Junta como centro de poder alternativo ao Governo de Tamagni. Também a famosa *Coluna Negra*,¹⁹ franco-atiradora e comandada por Teófilo Duarte, um dos cadetes de Sidónio, se pôs a caminho da cidade ribatejana. Cercados por efectivos

poderosos e sujeitos a aturado fogo de artilharia, os sitiados, ao meio-dia de 15 de Janeiro de 1919, mostraram sinais de quererem negociar uma rendição e acabaram por depor as armas ao fim da tarde, não perante o comandante geral das forças militares atacantes, general Tamagnini de Abreu, mas ante a figura de Teófilo Duarte, que era apenas tenente. Na sua declaração de rendição, os revoltosos justificaram tão insólita atitude com o reconhecimento na pessoa de Teófilo Duarte da sua dignidade de governador de Cabo Verde (investido nesse cargo por Sidónio Pais), facto que o transformava no interlocutor mais importante. Não é difícil adivinharem-se outras motivações por parte dos revoltosos, designadamente a intencção de apoucarem o Governo, uma vez que em todo aquele contexto, Teófilo Duarte agira sempre por conta própria, não estando mandatado pelas instâncias governamentais para quaisquer dos actos que cometera.

Esta aventura republicana, em si própria, e a benignidade com que os seus autores foram julgados pôs de sobreaviso os próceres das Juntas Militares. Suspeitavam, aliás com fundamento, de cumplicidades entre insurrectos e membros do Governo para a criação de um facto (a revolta) que se mostrasse como uma contraposição forte às actividades das Juntas Militares, com isso visando a subvalorização do peso e influência destas no xadrez da política nacional. Certas afirmações produzidas mais tarde pelo deputado dezembrista, Cunha Leal,²⁰ implicado no movimento, dão alguma consistência à suspeição das Juntas. Com efeito, Cunha Leal declarará na Câmara de Deputados que, por amigos do Presidente do Ministério, lhes foi dito, a eles, revoltosos, o seguinte:

“Nós não temos forças para combater as Juntas Militares, mas revoltem-se vocês provando ao Governo que essa força existe, pois assim o Governo em lugar de os combater, dar-lhes-á as mãos”.²¹

O conhecimento dessa situação terá levado os responsáveis máximos pelas Juntas Militares a apressar os seus desígnios. Com efeito, a 19 de Janeiro, na cidade do Porto, reunida toda a guarnição militar no largo do Monte Pedral, deu-se o acto formal de restauração da monarquia. Presidiu às cerimónias, Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (o cabecilha das incursões monárquicas) que, a partir de então, passou a intitular-se *Regente do Reino de Portugal*, em nome de D. Manuel II. No seguimento, várias outras cidades do

Diario da Junta



Governativa do Reino

de Portugal

Porto, 19 de Janeiro de 1919.

RESTAURAÇÃO DA MONARCHIA

Hoje, pela uma hora e meia da tarde, as forças da guarnição desta cidade, reunidas no Largo do Monte Pedral, aclamaram a restauração da Monarchia Portuguesa na pessoa do Seu Augusto representante o Senhor D. Manoel II.

Pelas três horas da tarde foi a restauração aclamada entusiasmamente pelo povo em frente do Governo Civil, constituindo-se a Junta Governativa do Reino de Portugal que prestou juramento e tomou posse, como consta das seguintes proclamações:

Portuguezes!

A lucta das facções, movidas unicamente pela ambição do Poder, vem de ha muito impedindo a normalidade da vida social em todas as suas manifestações e promovendo a anarchia que alastra e se arrega por uma forma tão grave que, se alguma força de dentro da Nação não consegue pôr um dique ao avanço de tantas dissoluções crescentes, o desfecho fatal — quem ousa, hoje, duvidal-o? — só poderá ser uma liquidação vergonhosa sob a tutela de estrangeiros.

A temerosa crise nacional desenvolve-se cada vez mais, precisamente no momento em que as Potencias do Occidente da Europa tratam de regularisar-se e de relazer-se, e os seus Governos, reunidos em Assembléa Internacional, lançam as bases da Sociedade das Nações e deliberam e decidem a respeito dos principios fundamentais da Constituição dos Povos, suas linhas de fronteira e processos de economia. Damos, póntanto, o espectáculo da maxima instabilidade politica e da maxima incapacidade administrativa, precisamente no momento em que mais indispensavel nos seria merecer bom conceito perante os outros povos do mundo, e demonstrar, por manifestações claras e effectivas, a nossa idoneidade para collaborarmos na obra commum da civilização e do progresso humano.

O vossó Exército, com plena consciencia de que as Instituições militares se fizeram para a defesa da Patria e das vidas e fazendas dos seus concidadãos, manifestou o nobre desejo de impedir a sua total ruína, sem intiscurir-se nas contendas da politica, delegando nas suas Juntas Militares, o encargo de conseguirem que, após o criminoso attentado que victimou o Illustre Portuguez Major Sidonio Paes, se constituísse, sem mudar a Lei fundamental nem o regimen, um governo forte, capaz de entrar a marcha para o abysmo.

Mas, esse desejo, mallogrou-se, graças ás intrigas da politica que o Exército pretendia combater. As Juntas Militares foram forçadas, no intuito de evitarem a guerra civil com que as ameaçava o proprio Governo, a transigirem talvez demasiado, mas apesar da sua abnegação e espirito de concordia, o Governo em cuja organização consentin, resultou fraco e desamparado, pois que, como se viu no Parlamento, a maioria que se mantivera unida em vida de Sidonio Paes, separou-se, caminhando uma grande parte na direcção dos radicais extremistas, cujas facções ficaram assim augmentadas em numero e accrescidas em força. Aos representantes dos partidos conservadores não merecem o governo um apoio, franco e incondicional que lhe compensasse d'esta perda. Por isso mesmo; e porque em face das Juntas Militares foi dubia a politica do Governo, tornou-se este tão fraco para impedir o avanço da anarchia demagogica, que logo poucos dias depois ella explodiu violenta e ameaçadora em Lisboa, Santarem, Alcobaca e Covilhã, sem fallarmos nos successos tristes de Villa Real, de que só a má politica do Governo foi culpada.

O perigo nacional é, pois, evidente, e evidente tambem a fallencia do regimen republicano, a cuja sombra, durante uma vida de mais de oito annos, apenas a anarchia demagogica pôde viver e medrar.

Assim, no meio das justificadas apprehensões que curecem a consciencia publica, é chegado o momento em que o Exército Portuguez, sobranceiro a questões de partidos, mas inspirado pela necessidade urgente da salvação da Patria, tem de reconhecer que o regresso ao regimen anterior representa a unica esperança capaz de alentar o espirito nacional e a aspiração da grande maioria dos Portuguezes que desejam Paz e Ordem para poderem viver e trabalhar.

Tem de reconhecer tambem que a situação de El-Rei Dom Manuel, junto á Córte e Chancellarias Inglesas, significa, a favor dos nossos interesses externos, uma garantia de alta importancia de que

o Paiz muito carece n'esta opportunidade, tanto mais que tel mesquinho, em proporção da nossa categoria de Povo Livre e do esforço com que na guerra contribuimos para a victoria dos alliados, a representação que o governo republicano obteve para Portugal na conferencia da Paz.

Em vista de todas estas circunstancias, o Exército e a Marinha, — conscios de que o Paiz, no estado de confusão e divisão politica, a que infelizmente chegou, não dispõe de nenhuma outra força organizada para quem possa appellar, — resolveram intervir a bem da Salvação Publica.

E, por isso, proclamam a Restauração da Monarchia Portuguesa, na pessoa de El-Rei Dom Manuel II.

Até ao momento da Sua entrada no Reino o Poder Publico é entregue a uma Junta Governativa que, assumindo a gerencia de todos os negocios, deverá internamente tomar por objectivo especial as questões da Ordem Publica e do abastecimento da população, e externamente manterá, sem alteração alguma, as relações solidarias e os compromissos tomados com as Nações Alliadas.

Viva a Patria Portuguesa!

Viva a Bandeira Azul e Branca!

Viva Sua Magestade El-Rei Dom Manuel II!

Em nome do Exército de Terra e Mar:

aa) Henrique de Paiva Couceiro, Coronel

João d'Almeida, Coronel.

Augusto de Madureira Braga, Coronel d'Infanteria

Arthur da Silva Ramos, Coronel.

Martinho Aragão, Tenente-Coronel.

Jayme Carvalho da Silva, Tenente-Coronel.

João Carlos de Castro Corte Real Machado, Tenente-Coronel d'Artilharia.

Carlos Ribeiro Borges, Major.

Antonio Sollari Allegro, Capitão de Cavallaria.

Soldados!

Tendes deante de vós a Bandeira azul e branca!

Essas foram sempre cores de Portugal, — desde Alfonso Henriques, em Ourique na defesa da nossa terra contra os mouros, — até D. Manoel II, mantendo contra rebeldes africanos os nossos dominios, em Magul, Coellella, Cuamato, e tantos outros combates que illustraram as armas portuguezas.

Quando, em 1910, Portugal abandonou o azul e branco, Portugal abandonou a sua historia!

E os povos que abandonam a sua historia, são Povos que decahem e que morrem.

Soldados! O Exército é, acima de tudo, a mais alta expressão da Patria e, por isso mesmo, tem que sustentala e tem que guardala nas circunstancias mais difficeis, accudindo na hora propria contra todos os perigos sejam elles externos ou internos, que lhe ameassem a existencia.

E abandonar a sua historia é um erro que mata!

Contra esse erro protesta, portanto, o Exército hasteando novamente a sua antiga Bandeira azul e branca.

Aponta-nos Ella os caminhos do valor, da lealdade e da honra, por onde os portuguezes do passado conquistaram a grandeza e a nobre fama que ainda hoje dignifica o conceito de Portugal perante as mais nações do mundo.

Jurámos seguila, soldados! e amparal-a com o nosso corpo, mesmo á custa do proprio sangue!

E com a ajuda de Deus e com a força das nossas crenças tradicionais, que o azul e branco symbolisam, a nossa Patria salvaremos!

Viva a Patria Portuguesa!

Viva o Exército!

Viva El-Rei D. Manuel II!

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – II



Grupo de soldados que entraram em combate em Cabeceiras de Basto em defesa da República. De *Ilustração Portuguesa*, 341 (1912).

norte de Portugal hastearam a bandeira azul e branca, ficando a nação portuguesa dividida em dois regimes, com o rio Vouga por fronteira. Estava implantada a chamada *Monarquia do Norte*. A cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, permanecia, porém, como um baluarte republicano,

Na sequência dos acontecimentos, o Presidente Canto e Castro decretou o estado de sítio, para vigorar em todo o país por trinta dias. A 21 de Janeiro, o Chefe do Governo, Tamagnini Barbosa, perante uma enorme manifestação republicana que se concentrava junto às portas do Ministério do Interior, fez um apelo para que se pegasse em armas e se combatesse os monárquicos, inimigos da República. O povo de Lisboa, sempre fiel aos ideais republicanos, respondeu maciçamente. Viva expressão dessa entrega generosa é o episódio seguinte:

“... O Sr. Alferes Sá avisa um popular que vem descalço de que não lhe será dado calçado e não

poderá combater assim, mas ele replica com energia: – Não faz mal; arranjarei umas botas. O que eu quero é defender a República!”²²

Vendo assim uma hoste grossa e animosa de civis a ser armada, e disso tomando fundados receios, a Junta do Sul e os dirigentes monárquicos de Lisboa, até aí expectantes, decidiram que era chegado o momento de agir. No âmbito dessa decisão, várias unidades do Exército, acompanhadas de alguns civis, na tarde de 22 de Janeiro subiram ao Monsanto e daí fizeram fogo sobre a cidade, declarando-se em estado de pronunciamento pela monarquia. Comandavam as forças realistas o lugar-tenente de D. Manuel II, conselheiro Aires de Ornelas e o tenente-coronel Álvaro César de Mendonça, que fora secretário de Estado da Guerra do último governo de Sidónio Pais. No início, a situação por banda dos republicanos mostrou-se muito difícil, dado que, persistindo as mais importantes unidades militares de Lisboa em manter-se neutrais, o Governo não sabia de que armas ou forças poderia dispor para dar combate

Primeira página do *Diário da Junta Governativa do Reino*, de 19 de Janeiro de 1919, anunciando a restauração da Monarquia.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – II

aos insurrectos. O Parque Eduardo VII foi então designado como local de concentração de todos os que quisessem lutar contra a sedição monárquica e para lá foram afluindo civis e militares, fazendo-se estes acompanhar de algum armamento. No dia 23, não sendo ainda as forças republicanas em número suficiente para se tentar um assalto, o comandante das operações, tenente-coronel Vieira da Rocha, decidiu pôr cerco a toda a serra do Monsanto, cortando todas as estradas e caminhos que possibilitassem uma saída dos revoltosos. No duelo de artilharia que se travou durante o dia 23, a vantagem pendeu ainda para o lado dos monárquicos, vantagem que pouco a pouco se foi estreitando, face aos constantes reforços que chegavam às hostes republicanas. Durante todo o dia de 24 de Janeiro, sitiados e sitiadores combateram-se encarniçadamente até que, ao fim da tarde, os republicanos encetaram um ataque geral, que em pouco tempo levou ao desbaratamento e rendição dos monárquicos, constatando-se então que estes se encontravam esvaídos pelo longo esforço e já sem munições para as peças de artilharia.

Esta importante vitória sobre os monarquistas teve, como não poderia deixar de ter, repercussões no plano político. Porque entre os republicanos que tal feito havia cometido estavam, em maioria, os partidários da *República Velha*,²³ o acontecimento representava mais um firme passo na morte, já anunciada, do Dezembrismo e do Sidonismo. A nova situação política exigia um governo representativo dos interesses dos partidos históricos da República e bem depressa foi esse o entendimento de Tamagnini Barbosa e dos restantes membros do seu Executivo, facto que levou a um pedido de demissão em bloco junto do Presidente Canto e Castro, pedido que, naturalmente, foi aceite.

Nos anos de República que se seguiram até 1926, sempre politicamente conturbados, João Tamagnini Barbosa teve menor protagonismo político. Em todo o caso vemo-lo sempre alinhado com os movimentos anti-liberais, anti-parlamentares e de tendências corporativas e mesmo pro-fascizantes, sobretudo, muito empenhado em unir diversas sensibilidades neo-sidonistas que entretanto foram aparecendo e que se distribuíam por vários grupos, designadamente Centro Republicano Dr. Sidónio Pais, Juventude Republicana Sidonista, Acção Nacionalista, Partido Nacional Republicano Presidencialista, Partido Republicano Nacionalista.

Instaurada a Ditadura Militar, a 28 de Maio de 1926, João Tamagnini Barbosa envereda pela actividade empresarial, dirigindo e administrando empresas, quer no Ultramar, quer na Metrópole. Em 1935, o salazarismo recupera-o para a política, fazendo-o procurador à Câmara Corporativa. No decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Oliveira Salazar e Tamagnini situam-se em pólos opostos: enquanto o primeiro é, reconhecidamente, um germanófilo, o segundo manifesta-se como pro-aliado. A esta divergência seguir-se-á o facto de Tamagnini se aproximar do movimento oposicionista, em 1947, justamente numa data em que na oposição avultava a figura do General Norton de Matos.

No ano seguinte, 1948, João Tamagnini de Sousa Barbosa morre, repentinamente, em Lisboa com a idade de 65 anos,

CONCLUSÕES

Em torno da figura de uma personagem histórica de republicano heterodoxo, tentámos mostrar um pouco do ambiente político vivido no Portugal de 1910 a 1926, ou seja, durante a sua primeira experiência de regime republicano.

Do que atrás resta escrito, fica-nos uma noção de quanto a ideologia, a intriga partidária, a contenda política e, enfim, os dramas e chagas sociais e até a guerra civil foram factores que pautaram a história dessa primeira experiência.

Todavia, e sem querermos cair em clichés, atrevemo-nos a dizer que, mau grado estes e outros acontecimentos, todos eles não louváveis, a República teve, como não podia deixar de ter, momentos positivos e de grande avanço social e cultural. Estarão neste campo a liberdade, a igualdade de todos os cidadãos, a ausência de preconceitos de sangue e de nascimento, a educação e a instrução, a participação cívica e, até mesmo, as tentativas (algumas conseguidas) de regeneração económica e de renovação do amor-pátrio das populações, principalmente das camadas mais populares, com isso se instituindo, de novo e em parte, o orgulho de se ser português.

Pena foi que os governantes e os detentores do Poder, enredados na discórdia e luta políticas e a braços com gritantes problemas sociais, alguns deles fracturantes, como a repartição de riqueza, a guerra, a hegemonia eleitoral de um partido político, não

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – II

tivessem dado a todo este conjunto de intenções uma mais completa e cabal realização. A este propósito, pensamos que os republicanos de todos os quadrantes se julgavam, cada à sua maneira, intérpretes de todas essas intenções.

Mas, a República é isso mesmo...regime de liberdade e de confronto de ideias, visando progresso social e civilizacional.

Esse progresso não se constrói; vai-se construindo. **RC**

NOTAS

- 1 Afonso Augusto da Costa (1871-1937), lente de Direito e notabilíssimo advogado e parlamentar. Deputado republicano, durante a Monarquia Constitucional, em 1899, 1906-1907 e 1908-1910. Ministro da Justiça do Governo Provisório. Líder do partido Democrático e Presidente do Ministério e Ministro das Finanças de sucessivos governos até ao Decebrismo (5/12/1917). Após o término da Grande Guerra, foi representante de Portugal na Conferência de Paz na Sociedade das Nações. Foi membro da Liga de Defesa da República (vulgo, Liga de Paris), em oposição à Ditadura Militar que se instalou em Portugal em 28 de Maio de 1926. Para mais informes, ver A. H. de Oliveira Marques *Afonso Costa* e idem, *Ensaios de História*, pp. 177-264.
- 2 António José de Almeida (1866-1929), médico, jornalista, escritor e, sobretudo, político. É um dos grandes vultos da I República Portuguesa. Ministro do Interior do Governo Provisório, foi fundador e líder do Partido Evolucionista. Presidente do Ministério da União Sagrada desde 15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917. Em 1919, o Congresso elegeu-o Presidente da República Portuguesa. Ver Luís Reis Torgal, *António José de Almeida e a República: Discurso de Uma Vida ou Vida de um Discurso*.
- 3 Ver Fernando Mendonça Fava, “José Carlos da Maia. Apontamento Breve”. In *Revista de Cultura/Review of Culture* 36, 2010, pp. 38-54.
- 4 Referência ao chamado “Projecto Castel Branco”, assim denominado por ligação ao nome do respectivo autor.
- 5 António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921), oficial de administração naval, carbonário e político. Foi comandante do pequeno reduto revolucionário que se instalou na Rotunda, de 3 a 5 de Outubro de 1910. A sua tenacidade e a sua acção e influência sobre os seus companheiros de luta foram determinantes para o êxito da Revolução. Consagrado como herói nacional, encetou então uma carreira política, marcada sobretudo por uma feroz aversão a Afonso Costa e ao Partido Democrático. Foi assassinado no decorrer dos trágicos acontecimentos da chamada *Noite Sangrenta*, em 19 de Outubro de 1921. Ver *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. 5, pp. 477-480.
- 6 António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz (1874-1955), médico, cientista e político. Fundador do Partido Centrista foi ministro dos Negócios Estrangeiros de Sidónio Pais, de 8 de Outubro a 23 de Dezembro de 1918. Sobraçou esta pasta nos ministérios de Tamagnini Barbosa de 23 de Dezembro de 1918 a 27 de Janeiro de 1919 e de José Relvas, em 26 e 27 de Janeiro de 1919. Participou nas primeiras sessões da Conferência de Paz de Versalhes. A partir de 1920 dedicou-se inteiramente à investigação científica, criando a angiografia em 1926 e o processo da leucotomia, o que lhe valeu o Prémio Nobel em 1949. Assume-se como oposicionista ao regime salazarista, chegando a ser proposto pela oposição socialista e republicana para candidato à presidência, em 1951. Ver Egas Moniz, *Um Ano de Política*.
- 7 O Partido Centrista Republica era, do ponto de vista da sua essência humana, composto, sobretudo, por intelectuais e quadros.
- 8 Cf. Raul Rego, *História da República. Do Sidonismo ao 28 de Maio*, vol. 4, p. 8.
- 9 Assim chamado por ocorrer em Dezembro.
- 10 Cf. *A Pátria*, de 1 de Junho de 1920, artigo de 1.ª página com o título “Uma Voz de Profeta”.
- 11 Ver Fernando Mendonça Fava “Canto e Castro. Um Monárquico na Presidência da República”.
- 12 Sobre a instituição militar, suas relações com o regime e com políticos e intelectuais, ver, José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*.
- 13 Ver Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, pp. 107-151.
- 14 Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (1861-1944), militar e político, notabilizou-se nas campanhas de ocupação do território de Angola e de dominação dos povos indígenas. Homem de profundas convicções monárquicas, bateu-se com energia contra a Revolução Republicana de Outubro de 1910. Neste sentido, combateu as tropas de Machados Santos, na Rotunda e depois, em 1911 e 1912, comandou as chamadas “incurções monárquicas”. Ver *Dicionário de História de Portugal*, coordenação de António Barreto e de Maria Filomena Mónica, vol. 7, suplemento A/E, pp 457-458.
- 15 “Proclamação da Junta Militar do Norte”, datada de 18/12/1918, in *Diário de Notícias* de 21/12/18, 1.ª página.
- 16 Afonso de Melo Pinto Veloso (1878-1968) magistrado e político. Monárquico do partido progressista, adere ao Sidonismo e depois torna-se militante dos liberais e dos nacionalistas. Ministro da Justiça do Governo de Tamagnini Barbosa de 23 de Dezembro de 1918 a 7 de Janeiro de 1919.
- 17 Cf. *O Século* de 10/1/1919, 1.ª página.
- 18 Cf. *O Século* de 12/1/1919, 1.ª página.
- 19 Agrupamento armado com peças de artilharia e composto por guardas-fiscais, guardas-republicanos e soldados de uma companhia de obuses, arregimentados por Teófilo Duarte em Castelo Branco e na Guarda e que, sob o seu comando, dominaram os revoltosos da Covilhã. Agindo por conta própria, deambularam depois pelas Beiras, numa táctica de movimento nunca antes ensaiada em Portugal por tropas sublevadas.
- 20 Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970), militar, jornalista e homem da política. Antigo apoiante de Sidónio Pais, destacou-se pela oposição que fez aos governos de Tamagnini Barbosa e de José Relvas em 1919.
- 21 *Diário da Câmara de Deputados* de 11/02/1919, p. 6 (grafia actualizada).
- 22 *O Século* de 23/1/1919, 1.ª página (grafia actualizada).
- 23 Designação atribuída ao período que vai de 5 de Outubro de 1910 a 7 de Dezembro de 1917, por oposição a *República Nova*, expressão muito do agrado de Sidónio Pais, como definidora do seu regime.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – II

BIBLIOGRAFIA

- A Pátria* (1920)
- Barreto, António e Maria Filomena Mónica (coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.
- Diário da Câmara de Deputados* de 11/02/1919.
- Diário de Notícias* (1918).
- Fava, Fernando Mendonça. “Canto e Castro. Um monárquico na Presidência da República”. Coimbra: Cadernos do CEIS-20, n.º 8, 2008.
- . *Leonardo Coimbra e a Primeira República. Percurso Político e Social de Um Filósofo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
- Ferreira, José Medeiros. *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Estampa, 1992.
- Leal, Ernesto Castro. *Partidos e Programas: O Campo Partidário Republicano Português 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
- Marques, A. H. de Oliveira. *Afonso Costa*. Lisboa: Arcádia, 1972.
- . *Ensaio de História da I República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- Moniz, Egas. *Um Ano de Política*. Lisboa: Portugal-Brasil Editora, 1919.
- Rego, Raul. *História da República*, vol. 4 - *Do Sidonismo ao 28 de Maio*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, Miguel Dias. *Os Monárquicos e a República Nova*. Coimbra: Quarteto, 2003, pp. 107-151.
- O Século* (1919).
- Serrão, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.
- Torgal, Luís Reis. *António José de Almeida e a República. Discurso de Uma Vida ou Vida de Um discurso*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.